



26.03.10

Os “défices” dos fundos de pensões dos bancos portugueses deixam-nos fragilizados face às novas regras de capital que estão em marcha na Europa. A conferência sobre regulação financeira, que decorre hoje em Lisboa, vai servir para sensibilizar as autoridades europeias. Elisa Ferreira, deputada em Estrasburgo, diz que tem de haver lugar para as especificidades nacionais nas novas normas.

8%

Rentabilidade dos capitais próprios dos bancos portugueses em 2009, abaixo do requerido pelos mercados.

BANCA

# Fundos de pensões fragilizam banca lusa face às novas regras

APB tenta sensibilizar Bruxelas para a necessidade de novos requisitos de capital terem em conta situação específica de cada país e propõe transição alargada

MARIA JOÃO GAGO  
mjgago@negocios.pt

A versão actual das novas regras europeias sobre requisitos de capital da banca não permite que as instituições beneficiem de um período de dez anos para reconhecer as “perdas” dos respectivos fundos de pensões na conta de resultados. Um pequeno pormenor que “vai ter um impacto muito grande em Portugal”, alerta António de Sousa, presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB).

Esta alteração às normas europeias terá consequências sobretudo em Portugal e, em parte, também no Reino Unido. Por isso, os bancos portugueses estão a tentar sensibilizar os responsáveis europeus para esta especificidade lusa. O objectivo da APB é conseguir que seja estabelecido “um período de ajustamento muito grande” às novas regras, admite António de Sousa.

Para a banca nacional, este é um dos piores momentos para uma alteração deste género ser adoptada, caso não haja fase de transição. Isto porque, como avisa o líder da APB, “estamos num pico da dimensão do problema, em termos do número de pessoas [os fundos de pensões têm mais beneficiários que contribuintes activos] e do valor das responsabilidades” da carteira. Por outro lado, à medida que os anos forem passando, o problema resolve-se por si. É que desde Janeiro de 2008 que os novos trabalhadores da banca são integrados na Segurança Social.

António de Sousa acredita que, se os responsáveis europeus forem alertados para estes e outros problemas que podem ser colocados pelas novas regras – como a diferença de tratamento das participações cruzadas e dos interesses minoritários –, as dificuldades poderão ser ultrapassadas. “A questão é as pessoas perceberem. Temos que mostrar que há necessidade de olhar para a situação concreta de todos os países”.

Outra das questões que preocupam o sistema financeiro português, mas que é comum à generalidade dos países, é o calendário de adopção das novas regras. “É preciso muito cuidado com o ‘timing’ de entrada em vigor” do novo quadro regulamentar “para que não se traduza num novo ‘credit crunch’”, à semelhança do que aconteceu nos anos 30 do século



passado, defende o representante da banca portuguesa.

O responsável está convencido que em 2011 ou 2012, momento previsto para a concretização das mudanças, as economias ainda não estarão no momento alto do ciclo económico. E por isso, dependendo da forma como as regras forem aplicadas, vão implicar que os bancos façam “aumentos substanciais de capital e diminuam a concessão de crédito”. Alternativas que terão impactos macroeconómicos que, avisa António de Sousa, “têm sido muito esquecidos”.

Por outro lado, “nada indica que os mercados de capitais tenham capacidade” para absorver “aumentos de capital na banca de milhares de milhões de euros” a nível europeu, de um momento para o outro. Sobretudo, numa altura em que o nível de rentabilidade do sector é baixa, devido ao aumento dos custos de financiamento e aos reforços de fundos próprios que ocorreram logo após a crise financeira.

“A rentabilidade da banca está abaixo daquilo que é aceitável para o mercado de capitais. Os bancos portugueses tiveram uma rentabilidade dos capitais próprios

(ROE) de 8% em 2009. Mas os mercados apontam para ROE entre 12% e 15%. Não se volta a estes níveis nem este ano, nem no próximo. Assim, haverá maior dificuldade da parte da banca em levantar capitais”, constata o presidente da APB.

**Reforma da supervisão neste momento pode causar ruído**

Tendo em conta todas as alterações regulamentares que estão a ser preparadas a nível europeu – não só em Bruxelas mas também ao nível do normativo de Basileia –, António de Sousa admite que avançar agora com a reforma do sistema de supervisão português pode causar ruído.

“As novas regras podem conviver com o novo modelo – [que pretende a concentração da supervisão em duas entidades, uma especializada na área prudencial e outra na componente comportamental] –, que tem aspectos positivos. Mas não me parece de todo prioritário”, advoga o também antigo governador do Banco de Portugal. Caso a reforma avance, António de Sousa espera que “se aproveite o que de melhor existe nas instituições” que hoje fazem supervisão.

A rentabilidade da banca está abaixo daquilo que é aceitável para o mercado de capitais.

As novas regras [sobre requisitos de capital] podem conviver com o novo modelo de supervisão. Mas não me parece de todo prioritário [fazer a reforma].

ANTÓNIO DE SOUSA  
Presidente da APB



Miguel Baltazar



Miguel Baltazar

## Parlamento Europeu vai propor fundo para lidar com bancos em risco

Elisa Ferreira é a relatora de uma proposta para criar uma unidade para o salvamento ou liquidação de bancos

A reforma da supervisão financeira está agora no Parlamento Europeu. A deputada portuguesa Elisa Ferreira é a relatora de um documento sobre a prevenção do risco no sector bancário. Entre as propostas está a criação de uma unidade responsável por gerir a liquidação ou salvamento de uma instituição. As medidas prevêm ainda a constituição de um fundo de intervenção com dinheiro dos bancos.

A deputada eleita pelo Partido Socialista é a responsável por elaborar um relatório com medidas para melhorar a supervisão da banca, após ouvir as propostas avançadas no Parlamento Europeu (PE). O reforço do papel da Autoridade Bancária Europeia (ABE) na prevenção do risco sistémico e na resolução de crises é uma das principais linhas mestras.

Aquela entidade faz parte da nova arquitectura de regulação na Europa, que será encabeçada pelo Conselho do Risco Sistémico. O novo modelo terá ainda uma autoridade para os seguros e outra para os mercados de valores mobiliários. Deverá ser implementado a partir de 2011.

“Queremos dar força e poder à Autoridade Bancária Europeia.

Já que ela existe, é aí que tem de estar o essencial da supervisão bancária”, afirmou a deputada em declarações ao **Negócios**.

Nesse âmbito, uma das propostas é a criação dentro da ABE de uma unidade técnica responsável pelo acompanhamento dos cerca de 50 bancos europeus que apresentam risco sistémico. Elisa Ferreira afirma que nenhum banco português estará na lista.

A autoridade bancária seriam dados poderes para intervir no salvamento de instituições em situação crítica ou promover a sua liquidação controlada. Para ajudar à tarefa, o relatório propõe a criação de um fundo com dinheiro dos bancos com risco sistémico, a ser usado em operações de capitalização ou outras.

A proposta vai de encontro às ideias defendidas recentemente pelo director-geral do FMI, Dominique Strauss-Khan, e pelo Fórum de Estabilidade Financeira.

“É preciso que exista uma rede de segurança para que não se repita uma crise nos moldes desta. Falências, há-de sempre haver. Mas tem de se evitar que sejam novamente os contribuintes a ter de pagar a salvação de um banco”, defende Elisa Ferreira. “Politicamente e socialmente seria insuportável”.

A deputada eleita pelo PS garante que a Federação Europeia de Bancos é favorável à proposta, já que ela permite criar um enquadramento único e evitar embaraços como o provocado pela falência do Fortis, em 2008.

Elisa Ferreira reconhece que “os bancos estão a ser muito requisitados em termos de capital” no âmbito das novas regras e por isso admite que as contribuições para o fundo possam contar para o cálculo dos rácios de solvabilidade.

No relatório consta também a reactivação dos grupos transfronteiriços de acompanhamento das instituições presentes em mais do que um país da União Europeia. O objectivo é reunir regularmente responsáveis do banco, os supervisores do país de origem e de todos os Estados onde ele está presente, bem como representantes dos ministérios das Finanças.

As propostas serão levado ao Comité de Assuntos Económicos e Monetários do PE em Abril e depois a votação no plenário lá para Setembro. O passo seguinte é a aprovação pelo Conselho Europeu. As medidas poderão estar em vigor a partir de 2011.

### Levar preocupações portuguesas a Bruxelas

Elisa Ferreira é, em conjunto com a Associação Portuguesa de Bancos, uma das promotoras da conferência que hoje traz a Lisboa alguns dos actores da reforma da regulação na Europa. Um dos objectivos é dar a conhecer as preocupações da banca portuguesa. Sem comprometer o interesse geral, a deputada considera que “há especificidades nacionais que é necessário introduzir na legislação”.

É preciso que exista uma rede de segurança para que não se repita uma crise nos moldes desta.

Falências, há-de sempre haver. Mas tem de se evitar que sejam novamente os contribuintes a ter de pagar a salvação de um banco.

### ELISA FERREIRA

Deputada do Parlamento Europeu e relatora da proposta sobre gestão do risco transfronteiriço na banca

### Conferência em Lisboa para levar voz lusa a Bruxelas

“É bom que ouçam os interesses de Portugal. Este é um assunto importante para a banca portuguesa. Queremos mostrar que é grande preocupação nossa” a versão final das novas regras sobre requisitos de capital, sublinha António de Sousa. Foi com este objectivo que a APB decidiu organizar uma conferência em Lisboa, sob o tema “Construindo uma Nova Arquitectura Financeira”, que, além dos principais banqueiros portugueses, contará com a presença de deputados europeus e responsáveis da Comissão Europeia. É uma das formas da APB procurar fazer chegar as suas preocupações a quem tem a responsabilidade de definir as novas regras. Além disso, a banca nacional quer estar “cada vez mais presente nos fora em que se discutem estas questões”. Para já, a APB tem procurado sensibilizar os eurodeputados portugueses para os desafios que as novas regras vão colocar à banca nacional.





# Fundos de pensões penalizam banca devido à nova regulação **Mercados 18 e 19**